

**Pedro Rui da Fontoura Porto**

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR  
CONTRA A MULHER**

— Lei 11.340/06 —

**Análise crítica e sistêmica**

4ª EDIÇÃO

revista e atualizada

com comentários sobre feminicídio e *stalking*



*livraria* //  
DO ADVOGADO  
// *editora*

Porto Alegre, 2021

*Conselho Editorial*

André Luís Callegari  
Carlos Alberto Molinaro  
César Landa Arroyo  
Daniel Francisco Mitidiero  
Darci Guimarães Ribeiro  
Draiton Gonzaga de Souza  
Elaine Harzheim Macedo  
Eugênio Facchini Neto  
Gabrielle Bezerra Sales Sarlet  
Giovani Agostini Saavedra  
Ingo Wolfgang Sarlet  
José Antonio Montilla Martos  
Jose Luiz Bolzan de Moraes  
José Maria Porras Ramirez  
José Maria Rosa Tesheiner  
Leandro Paulsen  
Lenio Luiz Streck  
Miguel Àngel Presno Linera  
Paulo Antônio Caliendo Velloso da Silveira  
Paulo Mota Pinto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

P853v Porto, Pedro Rui da Fontoura  
Violência doméstica e familiar contra a mulher : Lei 11.340/06 :  
análise crítica e sistêmica / Pedro Rui da Fontoura Porto. – 4. ed.  
rev. atual. com comentários sobre feminicídio e stalking. Porto  
Alegre: Livraria do Advogado, 2021.  
182 p.; 23 cm.  
ISBN 978-65-86017-31-1

1. Violência contra a mulher: Criminalização. 2. Violência doméstica. I. Título.

CDU – 343.232:396

---

Índice para catálogo sistemático:  
Violência contra a mulher: Criminalização  
Violência doméstica

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 8/10213)

## Sumário

<b>Apresentação</b> .....	9
<b>1. Direitos humanos: da árdua luta pela igualdade de gênero à criminalização da violência doméstica e familiar contra a mulher</b> .....	13
1.1. A hermenêutica da Lei 11.340/06: os fins sociais da Lei Maria da Penha e a condição de vulnerabilidade da mulher vítima de violência doméstica ou familiar.....	22
<b>2. Dos aspectos criminais materiais da Lei Maria da Penha</b> .....	31
2.1. As formas de violência doméstica e familiar contra a mulher e os âmbitos e relações de proteção.....	32
2.1.1. O problema do subjetivismo terminológico: qualquer relação íntima de afeto.....	35
2.2. Sujeitos ativo e passivo dos delitos de violência doméstica: presunção absoluta ou relativa de vulnerabilidade.....	39
2.2.1. A (in)comunicabilidade das condições de caráter pessoal em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher ao coautor/partícipe (art. 30 do Código Penal).....	46
2.2.2. A orientação sexual da vítima e a questão do transexual – Conceitos de gênero e sexo, a sexualidade psicossocial e a sexualidade biológica.....	47
2.3. As duas formas de lesões corporais leves qualificadas pela violência doméstica e familiar – contra homem e contra mulher.....	57
2.4. O afastamento da Lei 9.099/95 nos casos de lesões corporais leves praticados com violência doméstica ou familiar contra a mulher.....	59
2.5. A histórica polêmica da disponibilidade da ação penal pela vítima nos casos do art. 129, § 9º, do CP.....	62
2.5.1. A ADI 4424 e a posição do Supremo Tribunal Federal: a dignidade da pessoa humana e a teoria do impacto desproporcional.....	65
2.5.2. Breve esboço do papel da vítima no processo penal. O direito de autodeterminação da mulher. O moderno protagonismo da vítima no processo penal.....	68
2.6. A exigência de representação em outras infrações penais de menor potencial ofensivo.....	75
2.7. A ação penal nos casos de violência sexual.....	79
2.8. A substituição da pena privativa da liberdade por restritivas de direitos do art. 44 do CP em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher: a “ressurreição” do <i>sursis</i> e o problema da proporcionalidade.....	79
2.9. A violência patrimonial da Lei 11.340/06 e os crimes patrimoniais: as imunidades penais do art. 181 do CP.....	83

2.10. Os novos tipos penais relativos à violência doméstica e familiar contra a mulher: o descumprimento de medida protetiva e o crime de perseguição ou <i>stalking</i> .....	84
<b>3. Aspectos processuais da Lei 11.340/06</b> .....	89
3.1. O impacto da Lei 11.340/06 sobre a atividade policial civil e militar.....	90
3.1.1. Providências atribuídas à polícia.....	91
3.1.2. Procedimentos a serem adotados pela polícia.....	99
3.1.2.1. Elaboração do inquérito policial: a coleta da representação, orientações sobre a queixa-crime e a coleta especial de depoimento da vítima.....	100
3.1.2.2. A prova das lesões corporais: exame de corpo de delito ou outros documentos médicos ou fotográficos capazes de provar a materialidade do crime.....	104
3.1.2.3. O pedido da ofendida: postulação direta em juízo para obtenção das medidas protetivas de urgência.....	107
3.2. As medidas protetivas em juízo. Possibilidade da decretação de ofício. Cautelaridade inominada.....	109
3.2.1. Medidas protetivas que obrigam o agressor – Art. 22 da LMP.....	117
3.2.2. Medidas protetivas de urgência à ofendida.....	127
3.2.3. O direito à remoção da funcionária pública e manutenção do vínculo trabalhista da empregada no setor privado.....	132
3.2.4. A possibilidade de prisão preventiva e a proibição de liberdade provisória sempre que houver risco à integridade física da vítima. Decretação da prisão preventiva de ofício durante o inquérito policial. O aviso-prévio à vítima em caso de concessão de liberdade ao agressor.....	136
3.2.5. Recurso contra o indeferimento das medidas de proteção.....	140
3.3. Competência jurisdicional.....	142
3.4. Atuação do Ministério Público: <i>custos legis</i> e tutela dos interesses difusos. A legitimidade concorrente das organizações não governamentais.....	145
<b>4. Femicídio: as razões que fundamentaram a tipificação autônoma do feminicídio como qualificadora do homicídio, introduzida pela Lei 13.104/15</b> .....	153
4.1. A “insuficiência” da Lei 11.340/06 na contenção do feminicídio consumado ou tentado no Brasil.....	156
4.2. O problema da proteção deficiente do gênero feminino e a pena prisional como contramotivação à violência contra a mulher.....	158
4.3. O caráter “passional” do feminicídio como tese defensiva.....	160
4.4. Análise técnico-dogmática da qualificadora do feminicídio.....	162
4.5. Femicídio e dignidade da pessoa humana.....	163
<b>5. Considerações finais: Violência doméstica versus Justiça Restaurativa e autonomia da vontade da vítima</b> .....	167
5.1. Justiça restaurativa: um breve conceito.....	168
5.2. A autonomia da vontade da mulher vítima de violência doméstica.....	170
5.3. A audiência conciliatória nos crimes de violência doméstica.....	172
<b>Referências bibliográficas</b> .....	177
<b>Anexos</b> .....	181